

- XXXVI -

CRECHES: DIREITO SOCIAL OU DIREITO DA CRIANÇA? PERFIL DA OFERTA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Fabiana Silva Fernandes
Fundação Carlos Chagas – Brasil
fsfernandes@fcc.org.br

Introdução do problema

O acesso a determinadas políticas sociais, particularmente à educação infantil, no Brasil, parece ser mais restrito em parcelas mais pobres da população, o que reforça um cenário de exclusão e inequidade (Fernandes, 2017a, 2017b).

Considerando essas questões sociais e a necessidade de ampliação do atendimento em educação infantil, o objetivo da investigação foi traçar um perfil da educação infantil no estado de São Paulo, buscando estabelecer uma relação entre as condições de atendimento educacional e o perfil das mães de crianças de 0 a 3 anos, em relação à frequência ou não de seus filhos em instituições de educação infantil.

A focalização no perfil de famílias e, em particular, das mães das crianças de 0 a 3 anos se deve ao fato de algumas pesquisas na área de gênero constatarem que as mulheres têm mais dificuldades para exercer sua força de trabalho quando possuem filhos menores e lhes falta condições para conciliar as atividades domésticas e as profissionais. Os aspectos que aprofundam essas dificuldades vão além da divisão sexual do trabalho, pois a desigualdade social, a pobreza e a carência de políticas de proteção social ampliam os obstáculos para que a mulher possa exercer ambos os papéis.

Desenvolvimento

O estudo, de natureza descritiva e explicativa, buscou caracterizar a educação infantil nos municípios paulistas, em relação a características socioeconômicas de mães das crianças de 0 a 3 anos atendidas (e não atendidas) em creches ou instituições equivalentes.

Foram utilizadas, como fonte de informação, as bases de dados do IBGE (Censo Demográfico de 2010) e do INEP (Censo Escolar de 2008 a 2013) e dados produzidos pelo SEADE (2012). Foram levantadas informações referentes a variáveis demográficas, socioeconômicas e educacionais para compreender as condições de funcionamento das instituições de educação infantil e as características das famílias atendidas, em relação ao serviço oferecido.

O trabalho se desenvolveu em dois níveis de análise. O primeiro fez uma caracterização da educação infantil no Estado de São Paulo, mediante estudo descritivo sobre a demanda e a oferta no estado e o segundo, a comparação dos perfis socioeconômicos das famílias e mães que têm filhos de 0 a 3 anos matriculados nas creches e daquelas cujos filhos não são atendidos por esse serviço.

Conclusões

No Estado de São Paulo, ao longo dos anos de 2007 a 2013, mais crianças foram atendidas na educação infantil, sendo as vagas públicas oferecidas pelos municípios. A participação da rede privada é menor, principalmente na pré-escola, mas a participação de entidades conveniadas é significativa no caso das creches, representando, em 2013, 28,77% das vagas.

Embora tenha ocorrido uma expansão, ao estabelecer-se a razão entre o número de matrículas existentes em cada etapa da educação infantil e o tamanho da população na faixa etária correspondente, verifica-se que a pré-escola mantém um percentual de atendimento, entre 2008 a 2012, de cerca de 90%. Já na creche, houve uma expansão considerável, mas insuficiente, pois em 2012, aproximadamente 38% das crianças na idade de 0 a 3 anos estavam matriculadas em uma creche.

Observou-se que 74,7% crianças que vivem em lares em que a renda domiciliar per capita é menor estão excluídas do sistema educacional, fenômeno que contribui para o aprofundamento das desigualdades sociais e das situações de vulnerabilidade. Isso corrobora com os estudos de Fúlvia Rosenberg (2014), em sua trajetória acadêmica, que discorreu sobre o fato de os segmentos sociais de menor renda também possuírem menor usufruto dos benefícios para políticas públicas.

Com relação às mulheres, um primeiro exame dos dados permite verificar que a grande maioria (69%) das mulheres residentes no estado de São Paulo e com filhos com idade de 0 a 3 anos não tem seus filhos matriculados em unidades de educação infantil, seja ela creche ou instituições equivalentes.

Ao analisar o acesso em termos de frequência a instituições públicas e instituições particulares, nota-se que as diferenças entre as mulheres por idade, raça/cor, arranjo familiar, renda e profissão acentuam-se, indicando que a questão econômica é um fator importante. O fator econômico parece permear o acesso a políticas de educação infantil: a maior concentração de filhos de mulheres pretas e pardas que frequentam a educação infantil está nas instituições públicas; a renda per capita de mães negras e pardas cujos filhos estão nas instituições particulares é bem inferior à renda das mães brancas; mães cujos filhos estão nas instituições particulares são as que possuem um nível de instrução maior e o exercício de uma atividade profissional está associado à frequência dos filhos em instituições de educação infantil.

A análise, portanto, reafirma fenômenos referentes a desigualdades sociais, que se aprofundam nas relações de gênero e raça/cor, explicitando essas diferenças em termos do acesso a instituições de educação infantil.

Referências

FERNANDES, Fabiana Silva; GIMENES, Nelson and DOMINGUES, Juliana dos Reis. Mulheres e filhos menores de três anos: condições de vida. **Cad. Pesqui.** [online]. 2017a, vol.47, n.163, pp.320-341. ISSN 0100-1574. <http://dx.doi.org/10.1590/198053144175>.

Fernandes, Fabiana Silva and Domingues, Juliana dos Reis Educação infantil no estado de São Paulo: condições de atendimento e perfil das crianças. **Educ. Pesqui.**, Mar 2017, vol.43, no.1, p.145-160. ISSN 1517-9702

MONTALI LILIA; LIMA, Marcelo T. de. A divisão sexual do trabalho e a desigualdade no mercado de trabalho segundo gênero: implicações para a superação da pobreza, Campinas, 2013. In: VII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DO TRABALHO. O TRABALHO NO SÉCULO XXI. Mudanças, impactos e perspectivas. Campinas: NEPP, 02-05 de julho 2013, p. 1-15.

ROSEMBERG, F. Expansão da Educação Infantil e processo de exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, nº 107, p. 7-40, julho/1999b.